OBSERVARE
Universidade Autónoma de Lisboa
e-ISSN: 1647-7251
VOL. 16, Nº. 1
Maio-Outubro 2025

JANUS.NET
e-journal of International Relations

ORGANIZAÇÕES TERRORISTAS JIHADISTAS & AGÊNCIAS ESTATAIS. RELAÇÃO SIMBIÓTICA E EFEITO MIMÉTICO DE TÁCTICAS, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS (TTP)

HERMÍNIO MATOS
matoshj@gmail.com
Doutor e Mestre em História, Defesa e Relações Internacionais (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa) e Licenciado em Antropologia (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa). Curso de Auditor de Defesa Nacional (Instituto da Defesa Nacional), Curso Superior de Medicina Legal (Instituto Nacional de Medicina Legal), I Curso de Cibersegurança e Gestão de Crises no Ciberespaço (Instituto da Defesa Nacional), Curso de Auditor de Gestão Civil de Crises (Instituto da Defesa Nacional) e Curso de Análise de Dinâmicas Regionais de Segurança e Defesa (Instituto da Defesa Nacional). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (Portugal) e Investigador Associado do OBSERVARE – UAL.

Resumo

Pretendemos efectuar uma reflexão crítica sobre os processos de planeamento – estratégico, operacional e táctico – em organizações terroristas jihadistas, tendo por referente o "catálogo" de tácticas, técnicas e procedimentos (TTP) de agências estatais – serviços de segurança e de inteligência –, designadamente quanto ao enquadramento das actividades de inteligência e contra-inteligência, e o seu papel, quer no planeamento, preparação e execução, com eficácia, de ataques terroristas, quer no processo de tomada de decisão terrorista. Este tipo de organizações revela grandes capacidades de aprendizagem e inovação – operacional e táctica –, mimetizando técnicas e procedimentos de agências estatais, aprendendo e evoluindo com elas, tornando mais difícil identificar, localizar e rastrear, quer os seus membros, quer as suas operações.

Palavras-chave

Agências Estatais, Organizações Terroristas Jihadistas, Tácticas, Técnicas e Procedimentos (TTP), Inteligência & Contra-Inteligência, Tomada de Decisão Terrorista.

Abstract

We intend to carry out a critical reflection on the planning processes – strategic, operational and tactical – in jihadist terrorist organizations, using as a reference the "catalog" of tactics, techniques and procedures (TTP) of state agencies – security and intelligence services –, namely regarding the framework of intelligence and counter-intelligence activities, and their role, both in planning, preparation and execution of terrorist attacks, and the terrorist decision-making process. This type of organisations shows great learning and innovation capabilities – both operational and tactical –, mimicking techniques and procedures of state agencies, and learning from them, making it more difficult to identify, locate and track both their members and their operations.

Keywords

Jihadist Terrorist Organizations, Tactics, Techniques and Procedures (TTP), Intelligence & Counterintelligence, Terrorist Decision-Making.

Como citar este artigo
Matos, Hermínio (2025). Organizações Terroristas Jihadistas & Agências Estatais. Relação Simbiótica e Efeito Mimético de Tácticas, Técnicas e Procedimentos (TTP). *Janus.net, e-journal of international relations*. VOL. 16, Nº. 1. Maio-Outubro 2025, pp. 119-141. DOI https://doi.org/10.26619/1647-7251.16.1.6.

Artigo submetido em 5 de setembro de 2024 e aceite para publicação em 11 de abril de 2025.

ORGANIZAÇÕES TERRORISTAS JIHADISTAS & AGÊNCIAS ESTATAIS. RELAÇÃO SIMBIÓTICA E EFEITO MIMÉTICO DE TÁCTICAS, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS (TTP)[1]

HERMÍNIO MATOS[2]

El mundo del terrorismo y el de los servicios secretos no están separados por un muro infranqueable que les impide fundirse en un único paisaje

Sergei Kovalev[3]

In likening secret operations to an octopus, the tentacles are made up of the chain of human relationships linking the direction of the operations to even the most remote agent. The muscles guiding each tentacle are, in turn, made up of the responsiveness, the discipline, which characterize each of the relationships in the chain. Of all these relationships (…) there is one which is at the very heart of secret operations. It is the critical relationship (…) between what are called the agent and the case officer. It is the agent who acts and who is directly in touch with the enemy, the "opposition." the agent is exposed and visible; he operates "outside." the case officer directs the agent. He is invisible and works only "inside." the relationship between these two is the bedrock of all secret operations.

Christopher Felix[4]

Introdução

A actividade de inteligência de um grupo autónomo, ou de uma entidade política organizada, dependia, numa fase ancestral, de formas rudimentares, e eminentemente amadoras e inábeis, de observação, registo e reconhecimento, baseadas em redes simples e informais de fontes humanas de informação, assentes, não raro, em relações familiares, tribais, ou clânicas, de pertença. Para Dvornik (1974, p. 3), "a inteligência não é uma invenção moderna. A sua história remonta a um passado muito distante,

[1] O presente artigo tem por base uma comunicação, com o título "Agências Estatais *vs.* Organizações Terroristas: reciprocidade e interdependência ao nível estratégico, operacional e táctico – uma aprendizagem mútua", proferida no Seminário Internacional Crimes Transnacionais, Inseguranças Globais e Direitos Humanos, organizado pelo REDHIPAS (Rio de Janeiro, Brasil), no dia 6 de Outubro de 2022.
[2] O autor não adopta a grafia do Novo Acordo Ortográfico.
[3] Kovalev (2000, p. 52); "O mundo do terrorismo e o dos serviços secretos não estão separados por um muro intransponível que os impeça de se fundirem numa única paisagem".
[4] Felix (1963, pp. 46-47).

quase até aos primórdios das primeiras organizações de seres humanos, organizações que tinham uma semelhança com o que se pode chamar de Estados".

A violência política organizada – actividade humana já patente em vários testemunhos bíblicos –, contempla hoje complexas e sofisticadas formas de organização, planeamento e *modus operandi*.

Actores não-estatais, como grupos insurgentes ou terroristas, que fazem uso reiterado da violência armada, são hoje ameaças potenciais aos Estados soberanos, com capacidade para afectar – política, económica, militar, e socialmente – a sua estabilidade e regular funcionamento institucional. Constata-se, assim, um (re)equilíbrio constante entre as capacidades de agências estatais e as de grupos ou organizações insurgentes ou terroristas, em especial no que concerne a tácticas, técnicas e procedimentos (TTP)[5] de acção operacional, visando mitigar, ou mesmo anular, a acção contraterrorista.

Não obstante esse factor de (re)equilíbrio poder ser observado em outras organizações criminosas, a nossa análise focar-se-á particularmente em grupos/organizações terroristas jihadistas (mas não apenas), excluindo da nossa análise o terrorismo de iniciativa individual, amiúde e equivocamente denominado de "lobos solitários"[6]. Até porque, também nestes casos, é possível vislumbrar alguma acuidade e eficácia na preparação, planeamento, abordagem e execução de alvos, mercê da aquisição de conhecimentos – em técnicas de vigilância, segurança operacional e tácticas de ataque – disponibilizados na Internet, em forma de manuais, por grupos e organizações terroristas jihadistas[7].

Neste sentido, parece existir uma relação simbiótica entre agências estatais e organizações terroristas (jihadistas)[8], que pode ser definida como a interacção – recíproca ou interdependente, voluntária ou forçada – entre duas entidades que, não obstante em campos diametralmente opostos, podem, dessa interacção, alternadamente, extrair benefício ou prejuízo próprio. O tema pode ser controverso, uma

[5] Sigla de *Tactics, Techniques and Procedures* (TTP).
[6] Ganor (2021a) refere que esta tipologia "(…) consists of terror attacks perpetrated without the operational involvement of terrorist organizations in initiating, planning, or executing the attack". Não concordamos em pleno com Ganor, uma vez que o perpetrador tem, ou pode ter tido, em algum momento, pontos de contacto, quer com elementos de uma célula/grupo/organização, quer com propaganda, ideologia ou manuais de treino, disseminados através de plataformas digitais, que orientam, e inúmeras vezes determinam, o *modus operandi* ("assinatura" do grupo/organização) na execução de um ataque terrorista.
[7] Cf. Matos (2016, 2021 e 2022) e Ganor (2021b).
[8] Para Brachman (2009, p. 4), "Jihadismo é um termo desajeitado e controverso. Refere-se à corrente periférica do pensamento islâmico extremista, cujos adeptos exigem o uso da violência, a fim de expulsar a influência não-islâmica de terras tradicionalmente muçulmanas, a caminho do estabelecimento de uma verdadeira governação islâmica, de acordo com a Sharia, ou a lei de Deus". Para Cook (2005, pp. 1-2), "Jihad, como outras palavras tiradas de um contexto religioso, tem uma longa história e um conjunto complexo de significados. Convencionalmente, é traduzida como "guerra santa", mas esta definição, associada às Cruzadas medievais, é geralmente rejeitada pelos muçulmanos como sendo estritamente cristã. (…) Guerra de índole espiritual, é o significado primário e raiz do termo, tal como foi definido pelos juristas e académicos muçulmanos clássicos, e como foi praticado pelos muçulmanos durante o período pré-moderno, (…) cuja definição, dada pela nova edição da *Enciclopédia do Islão*, é que "na lei, de acordo com a doutrina geral e na tradição histórica, a jihad consiste na ação militar com o objetivo da expansão do Islão e, se necessário, da sua defesa"". Independentemente da sua conotação semântica, jihad e jihadismo são termos intimamente relacionados com grupos do ramo sunita, como o jihadismo-salafista, uma corrente fundamentalista que defende o regresso à pureza inicial do Islão, então professado pelo Profeta e seus seguidores. Nesta nossa análise, porém, o termo "jihadista" é usado no sentido amplo do termo, uma vez que, por exemplo, o Hamas (palestiniano) e o Hezbollah (libanês) não são movimentos/organizações terroristas jihadistas, mas sim de matriz islamista, sendo que o último pertence ao ramo Xiita do Islão.

vez que concebe a existência de um processo mimético, relacional e contínuo, de aprendizagem e (re)adaptação recíprocos, entre ambos os tipos de organizações.

Segundo Strachan-Morris (2019), "na literatura de inteligência e contra-insurgência, os insurgentes tendem a ser tratados como algo sobre o qual a inteligência actua, mas raramente, ou nunca, tratados como actores de inteligência por direito próprio". Como escreveu Matchett (2013, p. 435), "a natureza pejorativa do estudo do terrorismo está repleta de riscos académicos. Argumente com muita veemência num sentido e você será acusado de ser um «securocrata» de direita e, no outro extremo, um apologista de esquerda". Nesse sentido, a nossa análise não pretende ser um discurso encomiástico das capacidades e eficácia operacional de actores não-estatais – no caso, grupos ou organizações jihadistas –, no que concerne ao planeamento estratégico, operacional e táctico de acções violentas, em especial nas áreas de inteligência e contra-inteligência, como processos determinantes para a tomada de decisão e sucesso das suas operações.

Shultz & Dew (2006, p. 10) estudaram quatro categorias de actores não-estatais violentos – insurgentes, terroristas, milícias e organizações criminais – que definiram como:

> *Actor não-estatal e grupo armado não-estatal referem-se a grupos que desafiam a autoridade dos Estados, desafiam o Estado de direito, usam a violência em operações não convencionais, assimétricas e indiscriminadas para alcançar os seus objectivos, operam dentro e através das fronteiras do Estado, usam capacidades secretas de inteligência e contra-espionagem e têm cismas entre facções que afetam a sua capacidade de operar com eficácia.*

De acordo com Riedel (2011), grupos terroristas transnacionais – em especial os de matriz islamista-jihadista – têm demonstrado grande capacidade na condução de actividades de inteligência e contra-inteligência. O autor dá como exemplo o caso de David Headley, um cidadão norte-americano que, durante três anos, procedeu à recolha de informações e fez o reconhecimento dos alvos que seriam visados, mais tarde, pelo grupo terrorista paquistanês *Lashkar e-Tayyiba*, nos ataques terroristas em Bombaim, na Índia, em 2008.

Os serviços de inteligência são, amiúde, tidos como "a primeira linha de defesa de um Estado"; o mesmo se aplica a actores não-estatais violentos, sejam eles grupos terroristas, insurgentes ou criminais. Em ambas as perspectivas de análise, diríamos, são a primeira linha defensiva e ofensiva.

A espionagem – o acesso ou apropriação clandestina e ilegal de informação classificada – é uma actividade humana que envolve uma série de interacções. A neutralização de espiões envolve uma compreensão profunda das técnicas de dissimulação e engano – o tal "jogo de espelhos" concebido por Angleton, o enigmático e controverso chefe da contra-espionagem da CIA entre 1954-1974 (Matos, 2022, p. 267).

Tal como "profetizado" por Abu Musab al-Suri, o novo paradigma da jihad global é baseado no sistema, não já na organização. Um *modus operandi* que assenta na iniciativa individual, ou de pequenas células espontâneas, para planear e executar ataques

aleatórios, e cujo padrão, fragmentado e disperso, obsta à prevenção, monitorização e controlo eficazes por parte das forças e serviços de segurança, potenciado agora pela dimensão "cyber" do fenómeno.

Para Antinori (2015, p. 28; 2017ª, 2017b), é necessário submergir nas "múltiplas camadas da (ciber-)placenta", onde a semente de uma nova e diferenciada alcateia (a "Geração-T") prolifera[9]. A força da Geração-T resulta de um individualismo e identidade (ciber-)coletivos – não vinculados, como no caso de um membro de um grupo ou organização terrorista. O autor conclui que:

> *No futuro próximo, graças à capacidade cibernética e ao processo evolutivo, haverá uma séria ameaça de desenvolvimento da "Geração-T" (…), um fenómeno constituído por terroristas atomizados e disseminados e por terroristas cibernéticos, auto-organizados, cultivados no mesmo contexto, atacando por vários modi operandi, não apenas para criar medo e terror, mas para competir com outros e demonstrar o seu poder destrutivo, aumentando o nível de crueldade (ciber)mediada devido à necessidade de obter o melhor feedback das cibercomunidades* (Antinori, 2015, p. 32).

Enquadramento Conceptual e metodológico

Pretendemos efectuar uma reflexão sobre os processos de planeamento estratégico, operacional e táctico em organizações terroristas, tendo por referente o "catálogo" de tácticas, técnicas e procedimentos (TTP) de agências estatais – serviços de segurança e de inteligência –, designadamente quanto ao enquadramento das actividades de inteligência e contra-inteligência, e o seu papel, quer no planeamento, preparação e execução, com eficácia, de ataques terroristas, quer no processo de tomada de decisão terrorista.

As fontes utilizadas, de domínio público, consistem em livros e monografias publicadas sobre esta área de estudos, publicações em revistas especializadas, e fontes jornalísticas e institucionais, impressas e online.

A nossa reflexão terá como matriz metodológica uma análise eminentemente dedutiva, tendo em conta que, a partir das fontes já referidas, é possível confirmar ou infirmar padrões de comportamento organizacional e operacional próprios das organizações terroristas. Em alguns casos, o método indutivo permite-nos efectuar um percurso epistemológico inverso.

A presente reflexão está dividida em (7) sete pontos: 1) uma breve introdução, onde são explanados o enquadramento histórico e a delimitação do tema em análise; 2) onde estabelecemos o enquadramento conceptual e metodológico; 3) onde é relevada a importância do uso de técnicas e procedimentos de ocultação, dissimulação e engano, por parte das organizações terroristas, como condição primordial para a sua segurança interna e operacional; 4) onde densificamos o conceito e as fases do planeamento estratégico, operacional e táctico nas organizações terroristas; 5) alguns considerandos sobre o processo de decisão em organizações terroristas, e como este tem impacto

[9] Que Antinori designa por "swarm wolf".

directo na prossecução de outros objectivos das organizações, em particular nos níveis de planeamento e comando de operações terroristas; 6) o papel fulcral das actividades de inteligência e contra-inteligência nas organizações terroristas, onde se aborda a emergência do conceito de "inteligência jihadista"; e 7) onde é apresentada uma síntese conclusiva, mas não definitiva, sobre o tema em análise.

Optámos por traduzir as transcrições do texto original, em língua inglesa ou outra, entre aspas e/ou avançado destacado –, por forma a uma melhor compreensão do texto final, conscientes, quer da responsabilidade decorrente da "tradução", quer do perigo de uma eventual perda de eficácia textual e semântica.

Após mais de seis décadas[10] de estudo sobre o fenómeno terrorista, e dada a sua heterogeneidade – decorrente das mais díspares e voláteis circunstâncias históricas, culturais e políticas –, subsiste a impossibilidade da sua conceptualização. Não obstante a sua permanente actualização, traduzida em inúmeras definições, nenhuma logrou aceitação universal (Matos, 2021, p. 148). De modo a enquadrar conceptualmente a presente análise, passamos a operacionalizar alguns conceitos. Definimos terrorismo como

> *Uma técnica ou instrumento de acção usado contra alvos humanos – selectivos ou indiscriminados, através de meios especialmente violentos, ou sob a ameaça efectiva do seu uso –, ou contra alvos não humanos, como infra-estruturas críticas, físicas ou simbólicas, instilando um clima de terror e de insegurança que afecta não só os seus alvos primários, as suas vítimas imediatas, como também, por efeito psicológico, os seus alvos potenciais (a "audiência"), coagindo assim, de forma indirecta, por acção ou omissão, governos, organizações ou indivíduos nas suas decisões, e influenciando a opinião pública na prossecução dos seus objectivos, sejam eles de natureza política, ideológica, etno-separatista, criminal ou religiosa* (Matos, 2011; 2016, p. 250).
>
> *Contraterrorismo como um conjunto de procedimentos, enquadrados por políticas públicas sectoriais e interministeriais, implementadas por um Estado com vista à prevenção e resposta ao fenómeno terrorista – independentemente da sua origem, tipologia e especificidades –, que se materializam através de instrumentos de acção, de cariz preventivo, defensivo e reactivo, e cuja interoperabilidade se processa segundo níveis diferenciados de análise e planos de intervenção, devidamente articulados* (Matos, 2021; 2022, pp. 265-266).

Procuramos diferenciar grupo ou organização terrorista. Partimos de (5) cinco critérios de Bruce Hoffman (2006, pp. 35-41) que definem "grupo terrorista": 1) a existência de objectivos políticos; 2) exercício da violência ou ameaça do seu uso; 3) alcance psicológico, para além das suas vítimas imediatas, 4) levado a cabo por organização estruturada; e 5) continuada por organização ou entidade não-estatal. A estes cinco

[10] Se tomarmos por referência os primeiros estudos efectuados por autores como, entre outros, Thomas Thornton, Harold Nieburg, David Rapoport, Walter Laqueur, Martha Crenshaw, Yonah Alexander, Bowyer Bell, Paul Wilkinson.

critérios, Byman (2005, p. 8) acrescenta um sexto: o de visar preferencialmente "alvos não-combatentes".

Mobley (2012, p. 7), define grupo terrorista como "aquele que usa o terrorismo como táctica principal para alcançar os seus objectivos", e grupo insurgente como "um actor não-estatal envolvido num conflito político-militar, visando o derrube de um governo, através de estratégia e tácticas militares convencionais e não-convencionais, podendo fazer uso de tácticas terroristas para alcançar os seus objectivos. Donde, não será fácil distinguir entre grupo terrorista e insurgente".

A designação de "grupo terrorista"[11] para nomear um actor não-estatal violento parece ser a forma mais consensual na academia. Thackrah (2004, p. 122), no seu *Dictionary of Terrorism*, refere que "os grupos terroristas são geralmente pequenos, mas extremamente dedicados, ao ponto de morrerem pela promoção das suas crenças e ideias". Para McCormick (2003, p. 474), "as diferenças de definição persistem (…) e a definição de grupo terrorista ou organização terrorista, em contraste com um grupo ou organização que às vezes emprega o terrorismo", acrescenta ainda maior confusão conceptual pela sua abrangência. Na nossa análise, ambos os termos – grupo ou organização terrorista – serão usados como sinónimos, e o seu uso alternado, consoante o seu enquadramento.

Mobley (2012, p. 8) define contra-inteligência como "os processos – ou constelação de atividades, análises e tomadas de decisão – em que um grupo se envolve para evitar que os adversários adquiram informações precisas sobre as suas ações, pessoal e planos".

Prunckun (2014, p. 33) vai mais longe na imaginação, e estabelece a seguinte analogia:

> *Se a espionagem fosse um jogo, aqueles que praticam o ofício da contra-espionagem [contra-inteligência] poderiam ser considerados os "guardiões" do jogo. Sem esses, o adversário teria carta branca para dominar o jogo e somar pontos sem fim. Sem a contra-espionagem, os objectivos da inteligência estariam totalmente à mercê de tais invasores.*

Ocultação, Dissimulação e Engano

É lugar-comum afirmar que uma organização clandestina ou subversiva só sobrevive se, para o exterior, se mantiver suficientemente dissimulada e secreta, e, internamente, segura e eficaz no comando e controlo dos seus membros, oscilando assim entre um limbo existencial subterrâneo e uma metamorfoseada realidade paralela. Bowyer Bell (1995) designa-o por "mundo do dragão" – a capacidade de imersão num mundo clandestino, subterrâneo, inexpugnável e oculto: "o *Dragonworld* existe para alimentar o sonho, para permitir a campanha, para permitir que o rebelde persista: o subterrâneo

[11] Em 1985, a Rand Corporation publicou um estudo no qual os seus autores propunham um enquadramento conceptual e metodológico para a análise de grupos terroristas, tendo por base a análise de 29 grupos, segundo 150 características específicas, enquadradas em 10 variáveis de análise: 1) organização; 2) Liderança; 3) Demografia; 4) Ideologia, doutrina e objectivos; 5) Psicologia, mentalidade e processo de decisão; 6) Financiamento e logística; 7) Operações e *modi operandi*; 8) Comunicações; 9) Relações Externas; 10) Contexto de actuação e resposta estatal. (Cordes et. al.,1985)

deve ser escondido e o inimigo enganado por constantes e mutáveis artimanhas de cobertura" (p. 27).

Como escreveu Della Porta (1995, p. 116), "a escolha de passar à clandestinidade separou os grupos do seu ambiente social; num círculo vicioso, o seu próprio isolamento levou-os a escolher modelos organizacionais que pudessem protegê-los da repressão crescente, mas que, ao mesmo tempo, promoveram o seu isolamento".

A contra-inteligência, defensiva e ofensiva, é responsável pela segurança interna da organização, blindando-a contra quaisquer ameaças externas.

Mobley (2012, pp. 8-17) preconiza três subprocessos na contra-inteligência: 1) negação[12] básica; 2) negação adaptativa; e 3) manipulação encoberta. No primeiro nível, o básico, é ministrada aos membros do grupo/organização formação e treino em áreas como contra-inteligência, comunicações e segurança operacional. O nível seguinte compreende um aprofundamento das áreas anteriores, visando a (re)adaptação aos métodos do oponente, em especial acções ofensivas de espionagem e contra-inteligência. No último nível, de maior complexidade, o recurso a manobras de negação, ocultação e engano (*Denial & Deception*), ou seja, de informações falsas ao oponente por meio de falsos desertores, agentes duplos e canais de comunicação comprometidos ou de fachada.

Neste sentido, a contra-inteligência (e a contra-espionagem) podem ser vistas como "a vertente aristocrática das operações secretas" (Rositzke, 1997, p.119).

Para Godson & Wirtz (2000; 2002), a negação – ou ocultação – e o engano (*D&D*) são termos usados para descrever um conjunto de operações de informação que um Estado empreende para atingir os seus objectivos. A negação refere-se ao bloqueio de informações que poderiam ser usadas por um oponente para conhecer a sua realidade, contexto e intenções; o engano, como o conjunto de acções – de informação, desinformação e contra-informação – tomadas por um Estado, com o objectivo de que o seu oponente apreenda uma realidade paralela ou inexistente. Embora sejam "atividades distintas, a negação e o engano estão na prática intimamente relacionadas e são expressas, frequentemente, num conceito único" (Godson & Wirtz, 2002; Matos, 2019 e 2022).

Para Daniel & Herbig (1982, p. 155), "o engano é a distorção deliberada da realidade com vista a obter uma vantagem competitiva", que, na sua essência, pode ser usado em domínios tão díspares como o confronto político, económico ou militar.

Planeamento Estratégico, Operacional e Táctico

Segundo Bütüner (2016, pp. xiii e 1), "o planeamento estratégico sistemático pode ser usado em cenários da vida real, mesmo por profissionais não qualificados. (…) Um plano estratégico delineia o caminho (…). Ajuda a estabelecer os seus objectivos e metas, bem

[12] O termo anglo-saxónio "*Denial*" perde eficácia semântica na tradução. "Negação" [ou ocultação] refere-se ao bloqueio (blindagem) de todos os canais de informação através dos quais um adversário pode conhecer a situação do seu oponente, impedindo-o assim de reagir atempadamente. A acção de "negação" refere-se, assim, a todos os métodos e técnicas utilizados para a salvaguarda e protecção de actividades e informações classificadas.

como o processo de tomada de decisão necessário para os atingir, numa visão prospectiva de longo prazo".

Em organizações terroristas com estruturas de comando e controlo, comunicações, e inteligência, vigilância e reconhecimento (C3ISR)[13], o planeamento estratégico sustenta o processo de tomada de decisão, permitindo à estrutura de topo enquadrar os seus objectivos, imediatos ou de longo prazo, de acordo com a sua história, ideologia e narrativas, recursos disponíveis, competências técnicas e/ou operacionais, segundo uma cultura de segurança, interna e externa, mantida pela acção permanente da sua inteligência e contra-inteligência.

Ilardi (2009, p. 246), a este propósito, refere que "funcionando como uma rede social ou cultural, a Al-Qaeda, tal como a maioria de outros grupos jihadistas, tem um mecanismo de verificação de segurança integrado que garante que o recrutamento, a promoção e a atribuição de tarefas se baseiam em demonstrações de devoção religiosa, lealdade e confiança. Estas medidas são, por sua vez, complementadas por uma série de práticas de contra-espionagem que enfatizam o engano, a ocultação e a camuflagem".

De acordo com Mobley (2012, pp. 4-7), todo o grupo ou organização terrorista enfrenta dilemas de segurança no âmbito da contra-inteligência e contra-espionagem. As peculiaridades da acção clandestina ou subversiva, e as regras de sigilo que envolvem este tipo de organizações, podem, por um lado, resultar numa maior eficácia operacional e táctica, e, por outro, constituir-se como factor de vulnerabilidade ou entropia funcional, em especial no âmbito do comando, controlo e comunicações. Neste sentido, Mobley (2012, Idem), estabelece três factores – estrutura organizacional, apoio popular e território controlado – com influência decisiva nas capacidades *vs.* vulnerabilidades, das estratégias de contra-inteligência de uma organização terrorista.

De acordo com Nance (2014, p. 87), um especialista com vasta experiência no contraterrorismo, "o terrorismo não é aleatório". Os "ataques em vaga" – ataques sequenciais ou simultâneos –, ocorrem, geralmente, durante períodos mais longos e numa área alargada, por forma a suscitar uma aleatoriedade aparente, por um lado, e a dispersar e desorientar a resposta das forças policiais e de socorro, por outro, potenciando assim o caos e o medo e amplificando os seus efeitos mediáticos.

No processo de selecção de alvos, um estádio inicial do ciclo de acção terrorista, Nance (2014, p. 88) destaca a sua importância, afirmando que "é fundamental compreender o processo de selecção de alvos dos terroristas. Sendo um processo, é observável e previsível. O processo de selecção depende dos objectivos da liderança terrorista, da viabilidade do plano operacional, previamente avaliado pelo responsável operacional, da recolha de informações e das recomendações da célula de inteligência". O comando responsável pelas operações no terreno, coadjuvado pela célula de inteligência, identifica e elege os alvos específicos a executar, desencadeando assim os demais níveis do processo de planeamento de um ataque – operacional e táctico.

Cabe assim ao responsável pela selecção de alvos decidir sobre o valor – intrínseco e extrínseco – e a elegibilidade de um alvo específico, cuja execução obtenha elevados

[13] Termo anglo-saxónico, de cunho militar, cuja sigla designa: C3ISR – Command, Control, Communication, Intelligence, Surveillance and Reconnaissance.

níveis de eficácia e impacto, tendo por referente "três princípios básicos da ação táctica (ou «leis da emboscada»): 1) velocidade; 2) surpresa; 3) grau de violência". A selecção do alvo é enquadrada, *ab initio*, pela dicotomia "hard" *vs.* "soft". Numa categorização mais abrangente, o autor propõe as seguintes tipologias de alvos:

> Alvos de valor estratégico (*Strategic-Value Targets* – STRAT-VT): alvos com grave impacto nas capacidades de uma sociedade-alvo, em especial infra-estruturas críticas ou de informação nacional;

> Alvos de Retorno Elevado (*High-Payoff Targets* – HPTs): aqueles que, danificados ou destruídos, contribuirão no imediato para a consecução dos planos estratégicos do grupo terrorista;

> Alvos de Valor Elevado (*High-Value Targets* – HVTs): eliminados, danificados ou destruídos, contribuirão para a degradação da capacidade da sociedade-alvo de responder militar ou judicialmente;

> Alvos de Valor Baixo (*Low-Value Targets* – LVTs): embora de elevada frequência, mas de baixo impacto, se danificados ou destruídos, contribuirão para o medo generalizado das populações da sociedade-alvo;

> Alvos de Valor Táctico (*Tactical-Value Targets* – TAC-VT), se danificados ou destruídos, degradarão a capacidade, das forças e serviços de segurança, ou militares, de responder às ameaças na área imediata do ataque;

> Alvos de valor Simbólico (*Symbolic-Value Targets* – SYM-TGT): se danificados ou destruídos, ampliam o medo generalizado das populações-alvo;

> Alvos de Valor Ecológico (*Ecological-Value Targets* – ECO-TGT): se danificados ou destruídos, podem obstruir o acesso a recursos naturais. (Nance, 2014, pp. 89 e 90-92)

Para Pluchinsky (2006, p. 370), cada ofensiva terrorista ou operação logística é única. Armas e tácticas podem ser semelhantes, mas os ataques geralmente diferem no momento, nos objectivos, na experiência e capacidade dos terroristas, na segurança em torno do alvo, acessibilidade e envolvência. Cada grupo tem o seu próprio código de conduta operacional, manual táctico, lista de alvos, *modus operandi*, níveis de competência, ideologia e mundovisão. O autor preconiza (7) sete estádios sequencias no ciclo de acção terrorista:

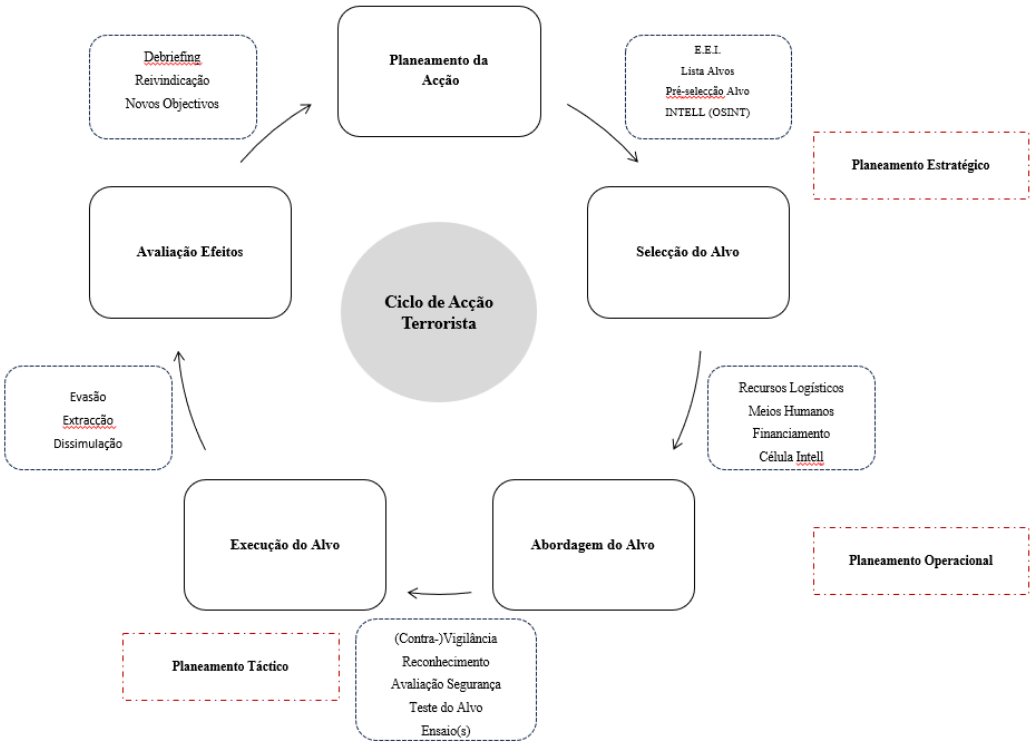
1) "gatilho" – factor ou evento que motiva e justifica o ataque;
2) decisão e planeamento de ataque;
3) identificação da(s) tipologia(s) de alvo(s) a executar;
4) seleção do(s) alvo(s),
5) planeamento da operação;
6) execução do ataque;
7) avaliação pós-ataque.

Drake (1998, p. 175), numa obra seminal, conclui que "embora os factores que influenciam a selecção dos alvos terroristas possam ser determinados, é mais difícil generalizar sobre a forma como eles interagem (…) porque, apesar das semelhanças superficiais, cada grupo terrorista é único no seu pessoal, na sua ideologia e no ambiente em que opera".

Não muito diferente do proposto por Pluchinsky (2006), Drake (1998, pp. 175-178) admite a criação de um modelo que pode ser dividido em duas fases: 1) o processo pelo qual um alvo é seleccionado, e 2) o processo pelo qual os terroristas decidem se devem prosseguir com um ataque depois de terem seleccionado um alvo potencial. Esta primeira fase – a selecção de um alvo potencial – pode ser considerada como um processo pelo qual a liberdade de acção do terrorista é restringida pela influência de vários factores; a estratégia dos terroristas é limitada pelo ambiente de segurança (operacional), que lhes restringe a liberdade de acção, vista a necessidade de evitar a vigilância policial e a identificação e detenção dos seus operacionais, logrando assim a prevenção do ataque.

O ciclo de acção terrorista – ou "ciclo de ataque" –, em nosso entender, integra geralmente (5) cinco fases: 1) Planeamento da Acção; 2) Selecção do Alvo; 3) Abordagem do Alvo; 4) Execução do Alvo; 5) Avaliação de Efeitos. No decurso das cinco fases, e entre estas, podem ser elencadas outras acções-tipo, de natureza operacional ou táctica, que configuram fases intermédias do ciclo, que podem ou não ocorrer, dependendo das capacidades do grupo, estrutura organizacional e especificidades do alvo, de composição e amplitude variáveis (Matos, 2016, p. 198).

Figura 1. Ciclo de Acção Terrorista



Legenda: [E.E.I] – Elementos Essenciais de Informação Matos (2023; 2016, p. 198)

Processo de Decisão Terrorista

Para McCormick (2003, p. 473), o "processo de tomada de decisão terrorista" (TDM)[14] pode ser explicado de acordo com três princípios teóricos: (1) teorias da estratégia, em que a decisão de emprego de terrorismo e outras formas de violência política é considerada uma escolha instrumental; (2) teorias organizacionais, em que as fontes da violência radicam na dinâmica interna do grupo terrorista; e (3) teorias psicológicas, nas quais essa decisão é explicada do ponto de vista do indivíduo.

Sobre a lógica das organizações clandestinas, Della Porta (1995, pp. 113 e ss.) refere que "existem duas explicações para a tomada de decisões em organizações clandestinas. Ou os grupos são considerados incapazes de ações estrategicamente orientadas, (…) ou presume-se que tenham objectivos ocultos, na maioria dos casos ligados a 'jogos sujos' no sistema de relações internacionais". Della Porta estudou aprofundadamente o terrorismo de extrema-esquerda, de pendor marxista-leninista na Europa – em especial, as Brigadas Vermelhas e a Facção do Exército vermelho (RAF), também conhecido por Grupo Baader-Meinhof –, e em ambos os casos verificou a existência de um processo de tomada de decisão fortemente hierarquizado. Porém, em certos períodos de forte repressão de que eram alvo por parte do Estado, tiveram de descentralizar algumas das tomadas de decisão, em especial de ordem operacional e táctica, por forma a evitar a localização e detenção dos seus membros.

O mesmo se verificou no contexto de organizações jihadistas, como a al-Qeda, até ao 11 de Setembro, ou o Daesh, até à queda de Baghuz, em 2019, que passaram de estruturas fortemente hierarquizadas e dependentes de um comando central, para uma descentralização horizontal que lhes conferisse, por um lado, uma maior imersão e clandestinidade, e, por outro, alguma capacidade operacional e táctica para o planeamento e execução de ataques terroristas. A primeira, fê-lo através das suas extensões territoriais; O Daesh, a partir da dispersão dos seus membros e a sua integração, em outras regiões ou continentes, nas já existentes ou então formadas "Províncias" (*Wilayah*) do denominado "estado islâmico", autoproclamado em 2014 por Abu Bakr al-Baghdadi.

Todavia, importa não olvidar o factor "cadeia de comando" no processo de tomada de decisão terrorista: aos líderes, de topo e intermédios, responsáveis pelo planeamento estratégico, e operacional e táctico, respectivamente, cabe a decisão de planear um ataque, a selecção de um alvo e o *timing* para a sua execução.

Nesse sentido, a importância de estudos centrados nos líderes das organizações terroristas pode, segundo alguns autores, levar à identificação do "código ou DNA da decisão"[15] dos mesmos, permitindo uma maior capacidade de análise e prospectiva da(s) ameaça(s). A partir da teoria poli-heurística da tomada de decisão – de aplicação em variados contextos –, Mintz, Chatagnier & Samban (2020, pp. 2-5) concluem que

> *Grande parte dos estudos sobre a tomada de decisões terroristas sugere que esta pode ser amplamente entendida como o produto de cálculos racionais. Por outras palavras, as escolhas feitas pelos líderes das organizações*

[14] Terrorist Decision-Making.
[15] O termo é de Mintz, Chatagnier & Samban (2020).

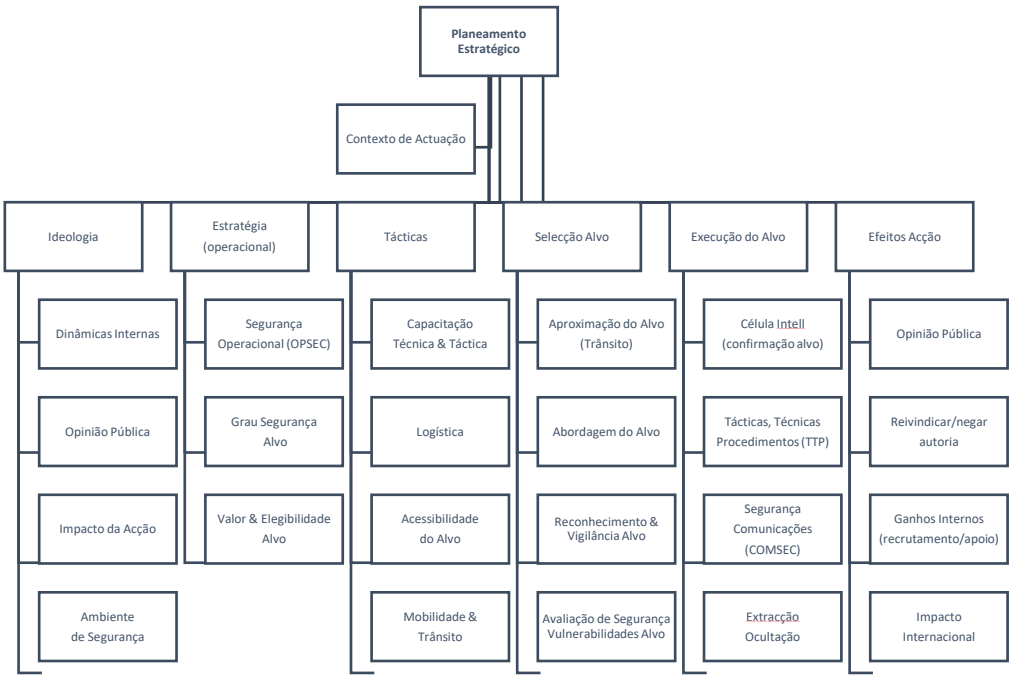
> *terroristas são o resultado de um comportamento orientado para a consecução maximizada de objectivos, onde os líderes escolhem a alternativa que produz o melhor de todos os resultados possíveis, esperados em todas as dimensões relevantes.*

Em última análise, o proposto por Mintz, Chatagnier & Samban apresenta algumas semelhanças com o "código operacional" relevado por Nathan Leites em 1951, num estudo efectuado para a Rand Corporation, onde o autor analisa a estratégia política do bolchevismo – a partir dos escritos de Lenin e Stalin –, a partir da qual se podia extrair inferências quanto ao pensamento, sistema de crenças, narrativa e idiossincrasias dos seus líderes. Para Mintz, Chatagnier & Samban, "os terroristas podem ignorar grandes quantidades de informação relevante e, consequentemente, escolher alvos que não são os mais vulneráveis ou disponíveis" (p. 2).

McCormick (2003) considera que o processo de tomada de decisão terrorista pode ser avaliado, de modo abstracto, como um "sistema de controlo de verificação", que visa identificar o curso de acção mais eficiente, atento os objetivos de segurança do grupo, por um lado, e a natureza do ambiente operacional, por outro. Dois factores que influenciam este processo são: 1) o grau de certeza das escolhas operacionais, que prosseguem fins estratégicos mais amplos e previamente delineados; e 2) capacidade de renúncia a ganhos imediatos, como forma de obtenção, a longo prazo, de fins estratégicos mais amplos.

Procedemos à esquematização do processo que, em nosso entender, percorre os diversos níveis de comando e planeamento de um ataque terrorista.

Figura 2. Planeamento de um ataque terrorista – níveis estratégico, operacional e táctico



Fonte: Matos (2023), adaptado de Drake (1998); Matos (2016, 2022); Pluchinsky (2006)

No decurso do ciclo de acção terrorista, as células no terreno executam uma variedade de acções com vista ao reconhecimento do alvo: avaliação dos seus mecanismos e grau de segurança, planos de acesso e rotas de fuga, manobras de vigilância e contra-vigilância, ensaio ou teste do alvo – o que, em termos técnicos, se designa por reconhecimento hostil –, de cuja eficácia pode vir a depender o sucesso do planeamento e execução de um ataque terrorista.

De acordo com Stedmon & Lawson (2015) e O'Brien (2008), reconhecimento hostil e contraterrorismo são áreas recíprocas de pesquisa interdisciplinar, uma vez que, para a acção contraterrorista, o foco é compreender as intenções hostis dos terroristas e os meios pelos quais podem proceder à abordagem, reconhecimento, recolha de informação, vigilância e contra-vigilância sobre um alvo, enquanto ocultam a sua identidade e iludem a acção preventiva das forças e serviços de segurança.

Segundo O'Brien (2008), ao processo de obtenção de informações por parte dos terroristas deve corresponder um processo de sinal contrário, através do qual o contraterrorismo dissimula ou distorce a "imagem" que os terroristas têm do alvo, tornando-o elusivo e de mais difícil acesso e execução.

Alguns programas foram desenvolvidos para detectar e avaliar comportamentos e intenções hostis, tendo como variáveis de análise factos biológicos, fisiológicos, psicológicos e comportamentais (Eachus, Stedmon & Les Baillie, 2013, p. 703).

Inteligência e Contra-inteligência nas Organizações Terroristas

Algumas organizações terroristas de matriz islamista demonstraram já elevada competência nas áreas de inteligência e contra-inteligência, como mecanismos de segurança operacional e táctica, de que são exemplos al-Qaeda, Daesh, Hezbollah, Hamas, Irmandade Muçulmana, entre outras. Fora do arco islamista, porém, outras organizações também o fizeram com elevada proficiência – como o (P)IRA, uma das mais antigas organizações terroristas ocidentais –, como se percebe pelo relato de McCallion (2020, p. 44):

> *Na tentativa de combater a crescente penetração da sua organização, tanto pelo MI5 como pela Secção Especial do RUC [16], o PIRA ["IRA Provisório"] formou unidades de segurança interna cuja única função era procurar e eliminar informadores suspeitos. Qualquer pessoa suspeita de fornecer informações aos britânicos estava sujeita a tortura e execução sumária. É uma ironia do destino que o membro do PIRA responsável pela segurança interna fosse, na verdade, um agente duplo do MI5. O IRA Provisório, bem como outras organizações terroristas republicanas, também começaram a treinar os seus membros em tácticas básicas de contra-vigilância. Vigias, ou "dickers", eram implantados rotineiramente para tentar localizar equipas de vigilância adversária. Antes de as operações serem montadas, as ASUs (Active Service Units) também realizavam frequentemente acções ou*

[16] Royal Ulster Constabulary.

> *movimentações fictícias, na esperança de que fossem identificadas quaisquer unidades encobertas que estivessem a vigiá-los ou aos seus alvos.*

Ou estoutro que Ilardi (2009) nos dá, em resultado de uma entrevista pessoal com Brendan Hughes, *alias* "The Dark", antigo chefe operacional do (P)IRA, relevando a importância da inteligência e contra-inteligência para a organização: "sem inteligência, esqueça isso...enviar uma pessoa com uma arma, sem uma boa base de inteligência, é criminoso. A inteligência é o coração da guerra. Sem isso, eles estão a caminhar no escuro".[17]

O terrorismo é, pois, uma ameaça perene. Enquanto técnica de acção violenta, é exercido de modo planeado, o que, no caso de grupos ou organizações minimamente estruturadas, implica o emprego de tácticas, técnicas e procedimentos (TTP) há muito usados por agências estatais, espelhando frequentemente as suas estruturas, orgânica e *modus operandi*. Assim é no que se refere, *inter alia*, a questões de ordem militar, político-administrativa ou social. A inteligência e contra-inteligência – áreas em que este tipo de actores não-estatais melhor espelham essa analogia – assumem um papel primordial neste tipo de organizações, uma vez que determinam a sua segurança, coesão, longevidade e eficácia operativa (Matos, 2022).

No caso do terrorismo de matriz islamista, e em especial em grupos jihadistas, este tipo de actividades tem vindo a afirmar-se como um elemento-chave do seu código operacional. Alguns autores defendem a diferenciação entre a inteligência prosseguida pelos Estados e a "inteligência jihadista", pese embora o valor desta para ambos, e que Haberl (2023, p. 11) define como:

> *Inteligência jihadista é o processo de recolha e processamento de informações sobre actores e adversários nacionais ou internacionais, e seus agentes, com base em doutrinas militares islâmicas radicais, necessárias a um grupo para a sua segurança interna, a condução de actividades terroristas, para facilitar a implementação de objetivos e ideologias religiosas, evitar surpresas estratégicas e tácticas e proteger agentes, processos e produtos da inteligência jihadista. (…) Em contraste com a versão governamental do ciclo de inteligência, podemos ver uma diferenciação muito clara quando se trata dos domínios da ideologia e da arte operacional. (…) O que a inteligência pode significar para um governo não é muito diferente do que significa para os grupos jihadistas.*

Quando os grupos jihadistas recolhem informações, normalmente privilegiam fontes humanas.[18] Em nada diferem de agências estatais que, embora conheçam bem o seu valor e alcance, as preterem em favor das variantes tecnológicas de recolha massiva de dados e informação.[19] O primeiro, é um método de recolha pouco dispendioso e,

[17] Brendan Hughes, *a.k.a*. "The Dark" (1948-2008); No mesmo sentido, Bowyer Bell (1994; 1995) e Bloom (2017).
[18] Sobre este assunto, vide Matos (2022, pp. 267, 271-275).
[19] Lowenthal (2006, p. 97) refere que "a espionagem fornece uma pequena parte do volume de informação recolhida. GEOINT e SIGINT produzem um maior volume de inteligência. Mas tanto a HUMINT como a SIGINT

seguramente, o mais antigo da história humana. Só através da HUMINT, dada a sua precisão, oportunidade e disponibilidade, é possível conhecer as intenções e os planos dos terroristas, seja penetrando a organização, seja através da manobra de infiltração. (Matos, 2022; Haberl, 2023, p. 21)[20]

A actividade de HUMINT requer tempo para ser desenvolvida. Os oficiais do Serviço Clandestino da CIA, por exemplo, necessitam de aprender uma variedade de competências: línguas estrangeiras; conduzir, detectar ou iludir uma vigilância; habilidades de recrutamento e outros aspectos da "arte operacional" (*tradecraft*) da HUMINT; a capacidade de lidar com vários tipos de equipamentos de comunicação; treino com armamento diverso. Como todas as outras profissões, leva tempo para se tornar especialista. No caso da HUMINT, segundo aquela agência, pode levar até sete anos para se atingir maturidade técnica e operacional (Lowenthal, 2006, p. 95).

Para Lowenthal (2006, p. 94), a HUMINT envolve o envio de oficiais de informações do Serviço Clandestino (NOC)[21] para países estrangeiros, onde tentam recrutar cidadãos estrangeiros para acções de espionagem. O ciclo de recrutamento de "agentes" (ARC)[22] – ou processo de gestão de fontes humanas de informação – possui diversas etapas e uma terminologia própria. O ciclo tem cinco etapas: 1) Sinalização e captação; 2) Avaliação; 3) Abordagem e recrutamento; 4) Manipulação e controlo; 5) (Re)avaliação e/ou desactivação.[23]

Para Rimington (2004, p. xiv), ex-directora do Serviço de Segurança britânico (MI5), "as fontes mais valiosas contra o terrorismo são os seres humanos, agentes de penetração de longo prazo, que permanecerão no local por um longo período e abrirão caminho para posições onde possam fornecer informações essenciais. Mas são as fontes mais difíceis de adquirir e, uma vez recrutadas, são muito difíceis de manter".

A HUMINT apresenta também algumas desvantagens: não pode ser feita de forma remota, como no caso de diversos tipos de TECHINT; implica proximidade e acesso, o que pressupõe um confronto permanente com as capacidades de contra-espionagem do alvo. (Lowenthal, 2006, p. 97)

É muito difícil penetrar ou infiltrar uma organização terrorista com sucesso. "Os grupos terroristas geralmente recrutam a partir de bolsas diminutas de candidatos, de entre pessoas que se conhecem há anos. (…) talvez possa ser uma tarefa mais fácil infiltrar-se na Al Qaeda, que parece estar a recrutar jovens de todo o mundo para formação. Poderia

têm a grande vantagem de permitir acesso ao que está a ser dito, planeado e pensado. (…) Para alvos de inteligência em que a infraestrutura técnica pode ser irrelevante – como terrorismo, narcóticos ou crime internacional, onde a assinatura de actividades é pequena – a HUMINT pode ser a única fonte disponível."

[20] Importa aqui diferenciar conceptualmente a manobra de "infiltração", que se opera de fora para dentro da organização, da "penetração" de um alvo, que é conseguida quando um elemento que já pertence à sua estrutura organizativa, ou com este mantém relações funcionais, ou de acesso privilegiado, se dispõe a fornecer informações a partir do seu interior (Matos, 2012, p. 12).

[21] Non-official cover.

[22] Agent Recruitment Cycle.

[23] O recrutamento de agentes ocorre, em geral, em torno de uma matriz de "motivações" designada pelo acrónimo MICE: "Money", "Ideology", "Constraint" e "Ego"; uma matriz motivacional mais abrangente integra factores como amor, sexo, vingança, vaidade, culpa. O que importa, na aproximação e abordagem ao alvo de recrutamento, é identificar a existência de um ou mais destes factores – que, no caso, constituem vulnerabilidades, ou "portas de entrada" – e explorá-los com vista ao sucesso do processo de recrutamento (Denécé, 2008, p. 68; Matos, 2012, p. 17).

ser possível inserir uma fonte na fase de recrutamento, mas seria um processo lento…" (Rimington, 2004, p. xiv)[24].

Síntese Conclusiva

São muitos os exemplos bem-sucedidos do uso de inteligência e contra-inteligência por parte de algumas organizações terroristas. O seu uso proficiente, contudo, pressupõe que essas organizações tenham logrado já um nível sustentado de estruturação, liderança, comando, controlo e comunicações.

As operações terroristas são hoje mais sofisticadas e assentes em informações sólidas. A inteligência proveniente de fontes abertas – OSINT (*Open Source Intelligence*) – está disponível através da Internet, possibilitando a uma organização terrorista extrair fotos, mapas e outra informação relevante referente aos seus alvos. Isto permite um pré-planeamento dos alvos, e a sua eleição de entre uma lista de alvos possíveis, tendo em conta a sua localização, grau de segurança, acessibilidades e valor estratégico ou operacional. A este nível, a OSINT pode ser útil. Todavia, nas fases de aproximação e abordagem, será necessária informação só possível através do reconhecimento e vigilância física de um alvo.

Ao nível do planeamento estratégico, por exemplo, na al-Qaeda a cúpula da organização teve influência maior até aos ataques de Setembro de 2001. Após essa data, o exercício desse nível de planeamento foi descentralizado, nalguns casos, no comando local das suas extensões territoriais ou grupos afiliados, ainda que fosse auscultado o comando central da organização. Esta descentralização horizontal, porém, foi uma faca de dois gumes: por um lado, a capacidade de iniciativa operacional e táctica, incluindo o processo de selecção de alvos; por outro, a emergência de excessos[25] de violência que causaram impacto negativo, não só na opinião pública internacional, como também entre a comunidade islamista global.

As marcas distintivas da "assinatura operacional" da al-Qaeda são a sua capacidade de penetração/infiltração de alvos; imersão em ambientes operacionais hostis, em resultado das suas capacidades em técnicas de ocultação, dissimulação e engano[26]; controlo de comunicações seguras, chegando, numa fase posterior, ao simples contacto pessoal, por forma a evitar qualquer forma de rastreamento das agências de inteligência, em especial da sua cúpula dirigente. A toda esta cartilha operacional, acrescente-se uma ampla rede de apoio e de contactos nos países-alvo, que lhe permitiram, por um lado, assegurar o apoio logístico – casas seguras, documentação falsa, armamento e explosivos, viaturas, entre outros –, indispensável para o sucesso das operações; por outro, a capacidade para proceder a acções de reconhecimento, vigilância e contra-vigilância e manobras de ensaio ou teste dos alvos, exactamente com base nessa ampla rede de apoio.

[24] Rimington ilustra bem essa dificuldade quando refere que "os terroristas, tal como os espiões, também se tornaram sofisticados e conscientes em matéria de segurança. Há muita informação disponível no domínio público sobre a vulnerabilidade à intercepção e rastreio de telemóveis, da Internet e de outros meios de comunicação, e sobre o que os satélites e outras técnicas de vigilância podem fazer. Mas têm de falar entre si, comunicar à distância e movimentar-se, o que os torna vulneráveis à recolha de informações técnicas" (p. xv).
[25] O maior exemplo é o da al-Qaeda no Iraque (AQ-I), grupo liderado por Abu Musab al-Zarqawi, entre 2004 e 2006, e que deu origem à famosa carta que al-Zawahiri dirigiu ao primeiro.
[26] Cf. Matos (2016; 2022)

O seu actual Emir, Saif al-Adel – ou Mohammed Salahuddin Zeidan[27] – teve um papel preponderante na génese e evolução da al-Qaeda, destacando-se em áreas como o treino militar[28], segurança da organização e protecção dos seus altos dignitários – em especial do seu anterior Emir, Osama bin Laden, sendo responsável pela formação do seu "corpo de bodyguards" –, e na área de inteligência e contra-inteligência. Saif al-Adel foi um oficial do exército egípcio, com o posto de tenente-coronel. Dada a sua longa experiência jihadista, com créditos firmados no Afeganistão, foi sempre visto como o sucessor natural de Ayman al-Zawahiri, após a morte deste, em Agosto de 2022, embora a sua nomeação só fosse confirmada já em 2023 (Soufan, 2017, pp. 47-53; 2021; Zoellner, 2023).

Para a al-Qaeda, "a defesa deve sempre preceder o ataque, para garantir que os planos possam ser executados com total confiança e certeza de sucesso" (Ilardi, 2009, p. 247). O seu *know-how* provém, em nossa opinião, da experiência acumulada de alguns factores: 1) resistência jihadista no Afeganistão; 2) conflito na Bósnia e Herzegovina; e 3) da experiência acumulada por bin Laden, entre 1992 e 1996, no seu "exílio" no Sudão, onde criou redes de influência jihadista e fontes de financiamento, legais e ilegais; 4) a experiência militar adquirida por alguns dos seus membros, como al-Adel ou Mohammed Atef [29], o chefe militar da organização entre 1996 e 2001.

Para lá das capacidades da al-Qaeda – ou mesmo do "moribundo" Daesh – em matéria de inteligência e contra-inteligência, outras organizações têm demonstrado grande capacidade de evolução e aperfeiçoamento das técnicas e procedimentos usados.

O Hamas, para além de investir vastos recursos em guerra psicológica (PSYOPS), de propaganda e desinformação, visando diversos públicos-alvo, tem desenvolvido eficazmente operações com recurso a agentes duplos.

Esta técnica, pouco estudada e do domínio da contra-inteligência, é extremamente útil no confronto assimétrico com actores estatais. Cria o efeito de "assimetria duplicada" (Flamer, 2022, 2023), replicando as fontes do oponente em seu favor. É um meio eficiente, de baixo custo, e que confunde as forças de defesa e de inteligência israelitas. Quando descoberto o seu papel de agentes duplos, não é possível ao actor estatal aferir da extensão e profundidade dos danos causados, tanto em matéria de informações, como de operações em curso, o que pode comprometer a segurança dos seus agentes e o sucesso das mesmas.

Destarte, podemos concluir que estas organizações terroristas demonstram grandes capacidades de aprendizagem e inovação – operacional e táctica –, mimetizando técnicas e procedimentos de agências estatais, num processo adaptativo constante, tornando-as mais difíceis de identificar, localizar e rastrear, quer os seus membros, quer as suas acções violentas.

[27] Durante muito tempo, a biografia de al-Adel esteve ligada a um (aparentemente) seu homónimo, ex-coronel das forças especiais egípcias, mas de idade mais avançada.
[28] Coordenou o chamado "curso de comandos avançado", onde ministrou matérias tão diversas como progressão táctica, armas e explosivos, selecção de alvos, combate corpo-a-corpo, recolha de informação, vigilância e contra-vigilância, rapto e assassinato.
[29] Mohammed Atef [1944 (1951, 1956, 1958?) -2001], de nacionalidade egípcia, foi inicialmente lugar-tenente de Abu Ubayda al-Banshiri, o líder militar da al-Qaeda morto em 1996, data em que assumiu o lugar deste. Cf. https://www.counterextremism.com/extremists/mohammed-atef

À escala global, a al-Qaeda e o agora aparentemente "moribundo" Daesh, continuarão a ser ameaças potenciais e permanentes à segurança dos Estados. Na perspectiva contraterrorista, os Estados, individualmente, e a comunidade internacional, em conjunto, continuarão a prosseguir estratégias de alerta, prevenção e resposta à ameaça terrorista. Importa, ainda assim, não cair na armadilha de uma resposta cujo potencial e ímpeto ofusquem os critérios de proporcionalidade e legalidade, tão desejados num mundo livre e civilizado.

Referências

Antinori, A. (2015). Gen-T. Terrorist Infosphere and i-Volution of Lone Wolf Terrorism. In Richman, A., and Sharan, Y. (Eds.). *Lone Actors – An Emerging Security Threat*. IOS Press, pp23-34.

Antinori, A. (2017a). The "Swarm Wolf". Understanding to Prevent the Evolution of Terror. In Gordon, T., Florescu, E., Glenn, J., and Sharan, Y. (eds.). *Identification of Potential Terrorists and Adversary Planning: Emerging Technologies and New Counter-Terror Strategies*. IOS Press, pp. 51-59.

Antinori, A. (2017b). The "Jihadi Wolf" Threat. The Evolution of Terror Narratives Between The (Cyber-)Social Ecosystem and Self-Radicalization "Ego-System". Paper presented at the 1st European Counter Terrorism Centre (ECTC) conference on Online Terrorist Propaganda (10-11 April 2017): Europol Headquarters, The Hague. https://www.europol.europa.eu/sites/default/files/documents/antinoria_thejihadiwolfthreat.pdf

Bloom, M. (2017). Constructing Expertise: Terrorist Recruitment and "Talent Spotting" in the PIRA, Al Qaeda, and ISIS, *Studies in Conflict & Terrorism*, 40 (7): 603-623. https://doi.org/10.1080/1057610X.2016.1237219

Bolz, F., Dudonis, K, and Schulz, D. (2012). *The Counterterrorism Handbook. Tactics, Procedures, and Techniques*. CRC Press.

Bowyer Bell, J. (1994) The armed struggle and underground intelligence: An overview, *Studies in Conflict & Terrorism*, 17 (2): 115-150. https://doi.org/10.1080/10576109408435949

Bowyer Bell, J. (1995). Dragonworld (II): Deception, Tradecraft, and the Provisional IRA, *International Journal of Intelligence and Counterintelligence*, Vol. 8 (1): 21-50. https://doi.org/10.1080/08850609508435269

Brachman, J. M. (2009). *Global Jihadism. Theory and practice*. Routledge.

Bütüner, H. (2016). *Case Studies in Strategic Planning*. CRC Press.

Cigar, N. (2009). *Al-Qa'ida's Doctrine for Insurgency. Abd Al-Aziz Al-Muqrin's A Practical Course for Guerrilla War* (transl. Norman Cigar). Potomac Books.

Clark, R. M., and Mitchell, W. L. (2019). *Deception: Counterdeception and Counterintelligence.* CQ Press.

Cook, D. (2005). *Understanding Jihad*. University of California Press.

Cordes, B., Jenkins, B., Kellen, K., Bass-Golod, G., Relles, D., Sater, W., Juncosa, M., Fowler, W., and Petty, G. (1985). *A Conceptual Framework for Analyzing Terrorist Groups*. Rand Corporation.

Crenshaw, M. (1987). Theories of terrorism: Instrumental and organizational approaches, *Journal of Strategic Studies*, 10 (4): 13-31. http://dx.doi.org/10.1080/01402398708437313

Daniel, D. C., and Herbig, K. L. (1982) Propositions on military deception, *Journal of Strategic Studies*, 5 (1):155-177. http://dx.doi.org/10.1080/01402398208437105

Drake, C. J. (1998). *Terrorists' Target Selection*. St. Martin's Press, Inc.

Dvornik, F. (1974). *Origins of Intelligence Services*. Rutgers University Press.

Felix, C. (1963). *A Short course in the Secret War*. Dell Publishing.

Flamer, N. (2022). Hezbollah and Hamas's main platforms for recruiting and handling of human sources after 2006, *Middle Eastern Studies*. https://doi.org/10.1080/00263206.2022.2126835

Flamer, N. (2023). "An Asymmetric Doubling": A Nonstate Actor Using the Method of Doubling Sources – Hamas against Israeli Intelligence. *International Journal of Intelligence and CounterIntelligence*, 36 (1): 63-77. https://doi.org/10.1080/08850607.2022.2104054

Ganor, B. (2021a). Understanding the Motivations of "Lone Wolf" Terrorists. *Perspectives on Terrorism*, 15(2): 23-32. https://www.jstor.org/stable/10.2307/27007294

Ganor, B. (2021b). A Typology of Terrorist Attacks: The "32 Profiles" Model. *Studies in Conflict & Terrorism*. https://doi.org/10.1080/1057610X.2020.1868095

Godson, R., Wirtz, J. (2000). Strategic Denial and Deception, *International Journal of Intelligence and Counterintelligence*, 13: 424-437. https://doi.org/10.1080/08850600050179083

Godson, R., Wirtz, J., Eds. (2002). *Strategic Denial and Deception. The Twenty-first Century Challenge*. Transaction Publishers.

Hoffman, B. (2006). *Inside Terrorism*. Columbia University Press.

Ilardi, G. J. (2009). Al-Qaeda's Counterintelligence Doctrine: The Pursuit of Operational Certainty and Control, *International Journal of Intelligence and CounterIntelligence*, 22 (2): 246-274. http://dx.doi.org/10.1080/08850600802698226

Ilardi, G. J. (2010). IRA operational intelligence: the heartbeat of the war, *Small Wars & Insurgencies*, 21 (2): 331-358. http://dx.doi.org/10.1080/09592318.2010.481429

Kovalev, S. (2000). La Rusia de Vladimir Putin. *Política Exterior*, 14 (74): 41-56. http://www.jstor.org/stable/20644899

Krause, K., and Milliken, J. (2009). Introduction: The Challenge of Non-State Armed Groups, *Contemporary Security Policy*, 30 (2): 202-220. http://dx.doi.org/10.1080/13523260903077296

Leites, N. (1951). *The Operational Code of the Politburo*. McGraw-Hill Book Company.

Lowenthal, M. (2006). *Intelligence – From Secrets to Policy*. CQ Press.

Matchett, W. R. (2013). James J. F. Forest: The Terrorism Lectures: A Comprehensive Collection for Students of Terrorism, Counterterrorism, and National Security. *Democracy and Security*, 9 (4): 435-437. https://doi.org/10.1080/17419166.2013.833812

Matos, H. (2011). *Terrorismo Internacional de matriz Islamista*. Instituto da Defesa Nacional.

Matos, H. (2012). (2012). "Contraterrorismo: o papel da Intelligence na acção preventiva e ofensiva", In *Livro de Actas do VII Congresso Nacional de Sociologia*. https://associacaoportuguesasociologia.pt/vii_congresso/?area=016&tipo=atas3&pchave=Ofensiva

Matos, H. (2016). *Sistemas de Segurança Interna: Terrorismo & Contraterrorismo*. Editora Caleidoscópio.

Matos, H. (2019). Requiem para o "Estado Islâmico"? Jihadismo na Europa – infiltração, dissimulação e engano no planeamento de ataques terroristas. In Fagundes, C., Lasmar, J., & Chuy, J. (org.). *Perspectivas do Terrorismo Internacional Contemporâneo*. Arraes Editores, pp. 37-65.

Matos, H. (2021). Intelligence & Counterterrorism: What Police organizations Can (and should) Learn with Terrorist Organizations? In *Challenges of Police Academies for Near Future.* Edited Book of the 9th INTERPA International Conference, Antalya-Turkey. Polis Akademisi Yayinlari, pp. 127-145.

Matos, H. (2022). Inteligência & Contra-inteligência no Contraterrorismo: Utopia, Distopia, Retrotopia. *Revista brasileira de Ciências Policiais*, 13 (8): 251-286. DOI: https://doi.org/10.31412/rbcp.v13i8.937

McCallion, H. (2020). *Undercover War. Britain's Special Forces and their Battle Against the IRA*. John Blake Publishing.

McCormick, G. H. (2003). Terrorist Decision Making. *Annual Review of Political Science*, 6:473–507.
https://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev.polisci.6.121901.085601

Mintz, A., Chatagnier, J. T., and Samban, Y. (2020). Terrorist Decision-Making, A Leader-Centric Approach. Routledge.

Mobley, B. (2012). *Terrorism and Counter-Intelligence, How Terrorist Groups Elude Detection*. Columbia University Press.

Nance, M. (2014). *Terrorist Recognition Handbook, A Practitioner's Manual for Predicting and Identifying Terrorist Activities*. CRC Press.

Nieburg, H. L. (1969). *Political Violence*. St. Martin's Press.

O'Brien, K. (2008). *Assessing Hostile Reconnaissance and Terrorist Intelligence Activities*, The RUSI Journal, 153 (5): 34-39. http://dx.doi.org/10.1080/03071840802521903

Eachus, P., Stedmon, A., Les Baillie (2013). Hostile intent in public crowded spaces: A field study. *Applied Ergonomics*, 44: 703-709. http://dx.doi.org/10.1016/j.apergo.2012.05.009

Pluchinsky, D. (2006). A Typology and Anatomy of Terrorist Operations, In Kamien, D., Ed. *The McGraw-Hill Homeland Security Handbook*. McGraw-Hill Companies, Inc., pp. 365-390.

Prunckun, H. (2014). Extending the Theoretical Structure of Intelligence to Counterintelligence. Salus Journal, 2 (2): 31-49. https://journals.csu.domains/index.php/salusjournal/article/view/issue-02-number-02-prunckun

Riedel, B. (2011). Terrorist Intelligence Capabilities: Lessons from the Battlefield, *Georgetown Journal of International Affairs*, 12 (1): 26-33. https://www.jstor.org/stable/43133861

Rimington, S. (2004). *Open Secret, The Autobiography of the Former Director-General of MI5*. Arrow Books.

Rositzke, H. (1977). *The CIA's Secret Operations: Espionage, Counterespionage, and Covert Action*. Routledge.

Russell, F. S. (1999). *Information Gathering in Classical Greece*. Ann Arbor.

Shultz, R. H., and Dew, A. J. (2006). *Insurgents, Terrorists, and Militias. The Warriors of Contemporary Combat*. Columbia University Press.

Soufan, A. (2017). *Anatomy of Terror. From the Death of bin laden to the Rise of the Islamic State*. W. W. Norton & Company.

Soufan, A. (2021). Al-Qa`ida's Soon-To-Be Third Emir? A Profile of Saif al-`Adl. *CTC Sentinel*, 14 (2): 1-21. https://ctc.westpoint.edu/al-qaidas-soon-to-be-third-emir-a-profile-of-saif-al-adl/

Stedmon, A., and Lawson, G., Eds. (2015). *Hostile Intent and Counterterrorism. Human Factors Theory and Application*. Ashgate.

Strachan-Morris, D. (2019): Developing theory on the use of intelligence by non-state actors: five case studies on insurgent intelligence, *Intelligence and National Security*, 34 (7): 980-984. https://doi.org/10.1080/02684527.2019.1672034

Thackrah, J. R. (2004). *Dictionary of Terrorism*. Routledge.

Zoellner, R. (March 27th, 2023). "Profile: Saif al Adel of al Qaeda". *Wilson Center*. https://www.wilsoncenter.org/article/profile-saif-al-adel-al-qaeda